

ESTUDOS SOBRE MIGRAÇÕES: DESAFIOS, DIVERSIDADES E EVOLUÇÕES

KARLA ROSÁRIO BRUMES*

RESUMO

A diversificada confluência de abordagens que envolvem os estudos migratórios abarcam, entre tantas outras coisas, os migrantes, os movimentos, os processos materiais, as consequências e as implicações em diferentes escalas, os símbolos e as transformações culturais etc. É importante que qualquer análise sobre a migração e sua inserção nos territórios também privilegie os papéis desempenhados pelos migrantes, ampliados e condicionados às variáveis da vida em sociedade tais como as crenças, os valores, as culturas, os relacionamentos e as representações, os quais vão além do arcabouço estrutural. Como a literatura migratória apresenta inúmeros conceitos, teorias, leis, fatos e consequências, é importante entender e distinguir como as abordagens se caracterizam. Diante desse contexto apresentamos as abordagens sobre migração, a qual tem como origem o viés econômico, bem como as dimensões que avançam na luta contra o “pensamento tradicional” do ponto de vista do país de destino como do país de origem, ou seja, compreender nos espaços de migrações que, além das trocas de pessoas, também existem trocas de informações e de materiais que estabelecem laços ou conexões sólidas capazes de explicar como e por que muitos fluxos surgiram. Ao relacionar o estudo das redes com a migração, temos a oportunidade de observá-las inseridas no contexto da produção econômica e da vida social como estratégias de sobrevivência dos envolvidos no processo migratório. Por meio das análises de redes sociais no contexto migratório reconhecemos a importância dos lugares para os migrantes e isso é fundamental para compreender a relação ser-lugar.

PALAVRAS-CHAVE

Diversidade conceitual, migrações, desafios.

ABSTRACT

The confluence of diverse approaches that involve migration studies cover among other things the migrants, movements, material processes, consequences and implications at different scales, symbols and cultural transformations etc.. It is important that any analysis of the migration and its insertion in the territories, also favors the roles played by migrants, amplified and conditioned on the variables of social life such as beliefs, values, cultures, relationships and representations, ranging beyond the structural

* Professora do Dep. de Geografia de Irati - Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTO - Paraná. Pós-doutora em Geografia pela Universidade de Lisboa - ULisboa // Apoio - Fundação Araucária /CAPES.

framework. As the migration literature presents numerous concepts, theories, laws, facts and consequences, it is important to understand and distinguish the approaches are characterized. Given this context, we present approaches on migration and whose origin economic as well as the dimensions of that advance in the fight against “traditional thinking” from the point of view of the destination country and the country of origin, understanding the spaces of migration beyond the exchange of persons, also there is exchange of information and materials that establish solid ties or connections that explain how and why many flows suggest. Relate to the study of migration networks, we have the opportunity to observe them inserted in the context of economic production and social life as survival strategies of those involved in the migration process. Through the analysis of social networks in the migration context we recognize the importance of places for migrants and this is key to understanding the relationship be-place.

KEYWORDS

Conceptual diversity; migration; challenges.

INTRODUÇÃO

A diversificada confluência de abordagens que envolvem os estudos migratórios abarcam estudos sobre os migrantes, os movimentos, os processos materiais, as consequências e as implicações em diferentes escalas, os símbolos e as transformações culturais etc. É importante que qualquer análise sobre a migração e sua inserção nos territórios também privilegie os papéis desempenhados pelos migrantes, ampliados e condicionados às variáveis da vida em sociedade tais como as crenças, os valores, as culturas, os relacionamentos e as representações, os quais vão além do arcabouço estrutural. Contudo, essa variabilidade de processos sociais constantes na análise da questão migratória acaba por dificultar qualquer tentativa de formulação de teorias unas.

Como a literatura migratória apresenta inúmeros conceitos, teorias, leis, fatos e consequências, é importante entender e distinguir como as abordagens se caracterizam. Diante desse contexto apresentamos as abordagens sobre migração, a qual tem como origem o *viés* econômico, bem como as dimensões que avançam na luta contra o “pensamento tradicional” do ponto de vista do país de destino como do país de origem, ou seja, compreender nos espaços de migrações que, além das trocas de pessoas, também existem trocas de informações e de materiais que estabelecem laços ou conexões sólidas capazes de explicar como e por que muitos fluxos surgiram.

Diante da incapacidade de os estudos clássicos explicarem certos padrões nas dinâmicas migratórias, “novos contextos teóricos e metodológicos” (microanalíticos, história de família e dos estudos de ciclo vital e teorias das redes) ganham força na tentativa de explicar a existência de continuidades

em certos fluxos migratórios que parecem ter vida própria e que continuam mesmo quando as causas que lhes deram origem desapareçam. Mas é importante compreender que “novos contextos teóricos” implicam abordagens que analisam as relações no lugar não de forma isolada diante da divisão territorial do trabalho e com a diferenciação crescente que se introduz entre as cidades, mas dentro de uma abordagem geográfica dos espaços migratórios capazes de captarem os fluxos socioespaciais de forma abrangente e detalhada. A migração, assim, passa a ser analisada não apenas relacionada ao fator econômico, mas também integrada a um cunho social.

Superar os anos de pesquisas e estudos que delegaram à macroestrutura *status* uno no processo migratório tem sido complicado; contudo, não há mais como não considerar o fato de que a decisão de migrar se relaciona também a outras situações para além do econômico e que rodeiam o sujeito, como as questões que envolvem o papel desempenhado pelas redes, por exemplo. O interesse de análise de redes sociais direcionadas para o estudo e análise no campo das migrações tem crescido por meio de alicerces vinculados aos laços das redes pessoais de relações, com objetivos de identificar conexões e pontos, dentro de um determinado sistema estruturado.

As transformações dos/nos territórios a partir da inserção de populações bem como as dinâmicas multiescalares/multidimensionais – horizontais/verticais são dimensões que se modificam e que se combinam a todo o momento. Neste sentido, são objetos de estudo da Geografia.

1. TEORIAS DE MIGRAÇÕES: PRESSUPOSTOS ESTRUTURAIIS

As várias análises estruturais, ao darem ênfase aos processos da reprodução do capital, apresentam metodologias para a compreensão dos fatores migratórios que interferem na reprodução da sociedade, ou seja, em suas classes e até mesmos nos grupos sociais. Nesse contexto, os fluxos migratórios há tempos são classificados em detrimento à direção-distância-volume e forma, sendo os que ganham maior abrangência e aparência.

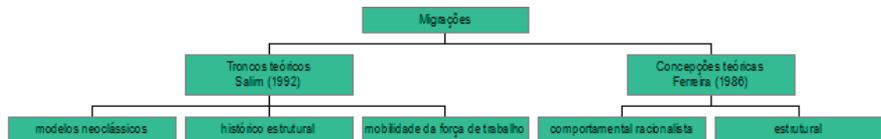
Na tentativa de melhor esclarecer a conceitualização a respeito da temática migração, vários foram os pesquisadores e estudos que surgiram nos últimos tempos. A partir dessa gama de interpretações, muitas também são as tentativas de colocá-las em uma mesma modalidade, a fim de auxiliar todos os que estudam tal problemática.

Segundo Raczynski (1983), correspondem a essa perspectiva pelo menos três pressupostos básicos sobre migração: os diferenciais de salário e de oportunidade de emprego entre áreas distintas; o cálculo racional do indivíduo em face de outros custos e utilidades entre a permanência e a mudança; e as correntes migratórias como somatórias das decisões individuais.

As diferentes abordagens estão presentes nas análises atuais, mas elas possuem limitações que devem ser levadas em consideração, no momento da escolha para abordar uma dada realidade. Os estudos realizados a respeito do conceito de migração muitas vezes são superficiais e tratados de forma

comum. Os *viés* de análise aqui apresentados de forma sucinta tentam mostrar o quanto esse fenômeno é complexo. A análise do que vem a ser a migração e como ela se processou e ainda se processa no interior das sociedades deve conter uma série de interfaces que lhe possam dar suporte.

Autores como Ferreira (1986) e Salim (1992), ao seu modo e cada qual dentro de perspectivas diferenciadas de estudo, estabeleceram uma discussão crítica das linhas explicativas do fenômeno migratório, organograma 1.



Organograma 1: Linhas explicativas do fenômeno migratório.

Organização: Karla Rosário Brumes, 2013.

1.1. O viés neoclássico¹

O *viés* neoclássico lida com a questão do equilíbrio econômico e da função do trabalho nesse equilíbrio. Everett Lee (1966) fala das questões “fatores de atração” e “fatores de expulsão”, tão comumente utilizadas na literatura dos dias atuais. Esse autor destacava que havia uma generalização pretendida em todas as sociedades urbano-industriais, em que a decisão de migrar estava sempre vinculada a uma escolha racional entre os fatores positivos e negativos nas áreas de origem e nas áreas de destino dos fluxos migratórios, mediatizados pela maior ou menor força dos chamados fatores intervenientes entre essas duas áreas. Essa teoria ainda é bem aceita nos dias atuais.

Os estudos neoclássicos privilegiam a livre decisão do indivíduo. Há uma mobilidade perfeita do trabalho que só se apresenta, segundo Salim (1992), como determinação às variações em torno do comportamento do que se convencionou chamar de “capital humano²”. É entendida por Ferreira (1986)³ como visão “comportamentalista”, uma vez que enfatiza as atitudes possíveis de indivíduos que, ao migrarem, atendem aos apelos do mercado capitalista. Quando se adota a visão neoclássica no estudo das questões migratórias, o fato que é levado em consideração, deixando de lado o papel da história, é a vontade dos indivíduos que, ao migrarem, buscam melhorar suas condições de vida pela melhoria nos ganhos financeiros.

1.2. O viés histórico-estrutural

Um segundo *viés* teórico presente nos estudos realizados a respeito das migrações é o chamado histórico-estrutural. Este, ao contrário do primeiro, leva em consideração os contextos históricos e geográficos, ou seja, a migração não é vista aqui como ato de soberania por parte dos indivíduos, e sim como um fenômeno.

Balam *apud* Salim (1992, p. 125) relaciona “o fenômeno social migração a outros fenômenos sociais que historicamente são determinados e que se relacionam a processos de mudança na estrutura da sociedade, da economia e da política que contextualizam sua dinâmica”. Entretanto, ao analisar a migração como um fenômeno social, esse *viés* acaba por desvalorizar a realização de pesquisas junto a migrantes, visto que os indivíduos não trazem, apesar de serem fontes de informação, explicações a respeito dos processos pelos quais passaram.

Os paradigmas marxistas são bem difundidos, visto que as transformações nas relações de produção são abordadas a todo instante. Dessa forma, os estudos regionais ganham notoriedade, pois ao se analisarem as características estruturais das áreas de origem, encontram-se, por exemplo, explicações até certo ponto plausíveis para a compreensão de deslocamentos que ocorreram no passado, bem como no presente.

Mesmo as pesquisas que usam esse *viés* dando prioridade às relações existentes nos fenômenos sociais, onde a questão migratória ganha um sentido mais amplo e também assume um papel, têm dificuldades para conciliar os níveis macro e micro, pois os indivíduos que antes estavam inseridos em estruturas sociais tradicionais são obrigados a se conduzirem ao mercado de trabalho dito capitalista. Esse fato era minimizado pelo *viés* neoclássico e apresentava, de acordo com sua vontade, uma coincidência entre os interesses dos sujeitos da migração e a dinâmica da economia.

Todavia, segundo Salim (1992), não se pode negar que essa abordagem evolui em relação à neoclássica, uma vez que deixa para traz abordagens puramente a respeito do nível do comportamento individual e passa a trabalhar com abordagens ao nível de grupos socioeconômicos, contextualizados em áreas geográficas. Contudo, mesmo sendo uma abordagem que leva em consideração o desempenho de grupo, esporadicamente algumas motivações individuais até podem ser levadas em consideração, desde que estejam diluídas em contextos mais gerais.

1.3. O *viés* mobilidade da força do trabalho

Um terceiro *viés* é chamado de mobilidade da força de trabalho. Seu estudo se baseia especialmente na teoria marxista do trabalho⁴. A análise leva em consideração a relação capital/trabalho, produção e reprodução ampliada dessa relação. Enquanto os dois primeiros *vieses* analisam as consequências ou os reflexos das correntes migratórias, neste a migração passa a atuar como um grande agente de transformação. A dimensão espacial, que era traduzida como um conjunto de relações sociais, dá lugar a uma análise das formas concretas de mobilidade da força de trabalho.

Segundo Peliano (1990), a atenção às migrações conduz necessariamente às condições em que ocorre a produção e se estruturam as relações de trabalho, em um determinado espaço. Gaudemar (1976) chama a atenção para uma dimensão maior da teoria marxista, a qual ela considera subestimada. Mostra que, a partir do século XVIII, as formas de mobilidade surgem como fenômenos marcadamente estruturais, por isso critica a mobilidade de forma

homogênea. Ao analisar a obra de Karl Marx, Gaudemar (1976) designa como mobilidade do trabalho a qualidade que permite o uso capitalista dos corpos dos trabalhadores, nas localizações de intensidade e ritmos de produção requeridos para a máxima produção de valor.

A condição estrutural da qual emerge a mobilidade seria a acumulação de capital como relação social, que vai se desenvolver tanto quantitativa como qualitativamente. Essa mobilidade estará extremamente ligada à produtividade e à expansão física do capital, apresentando-se como uma condição e consequência do desenvolvimento das forças produtivas (SALIM, 1992).

A liberdade individual para escolher migrar, tão difundida no *viés* neoclássico, aqui não existe, pois o deslocamento como estratégia de sobrevivência seria o fator impulsionador para a migração. Outro ponto é que, enquanto na visão histórico-estrutural os problemas estruturais seriam os causadores dos deslocamentos, aqui o enfoque é dado ao processo de acumulação capitalista.

Portanto, os estudos a respeito da migração que consideram a mobilidade da força de trabalho estão situados entre o crescimento da riqueza e a expansão do excedente populacional, os quais, segundo Salim (1992), apresentar-se-iam como reserva de força de trabalho imediatamente disponível, tendendo a ampliar-se com o processo de acumulação.

1.4. O viés “sistema mundo”

Estudiosos afirmam que nessa tendência o foco recai não mais no indivíduo como ator principal do processo migratório, e sim no (num) grupo que migra. Autores como Peixoto (2004) e Figueiredo (2005) classificam algumas teorias nesse âmbito da migração coletiva e parte do social, ao falarem de “mercado de trabalho dual” ou “segmentado”, “economia informal”, “estruturas espaciais”, “sistemas-mundo”, “enclaves étnicos”, “redes migratórias”.

Essa tendência nos leva a acreditar, por meio de suas teorias, que para ocorrer a migração deve haver uma mobilização social entre familiares, amigos e/ou conhecidos, ou seja, uma integração social. O que caracteriza essa tendência como funcionalista – o indivíduo normativamente orientado – encontra pouco espaço para uma ação autônoma.

Retrocedendo a discussão em que a industrialização e a mecanização agrícola deslocam as populações rurais para as urbanas, temos que um dos fatores fundamentais a serem analisados seriam as estruturas e conceitos históricos que moldam esse processo. Haveria, então, um jogo de estratégias estruturais impulsionando os fluxos migratórios. Segundo Peixoto (2004, p. 24), “as relações pertinentes aos setores primários e secundários da economia, destacando as premissas e lógicas do estabelecimento do migrante no mercado de trabalho”.

Na teoria do mercado de trabalho há os fatores estruturais do capitalismo em que se estabelecem as condições de desenvolvimento econômico dos países ou regiões. Segundo Figueiredo (2005, p. 40) as migrações seriam “um processo de transformação estrutural e de desenvolvimento da sociedade,

incluindo as relações sociais de produção, todas elas reguladas por várias políticas institucionais”.

Peixoto (2004, p. 26) denomina esse mecanismo como estruturas espaciais, enfatizando que a explicação para os movimentos migratórios são as lógicas e, para a produção capitalista, as reproduções espaciais.

[...] a ideia do desenvolvimento desigual do espaço, devido à lógica de acumulação privada do capital (HUDSON E LEWIS, 1985); a concentração urbana das atividades produtivas, enquanto lugares de reprodução da força de trabalho (CASTELLS, 1981); a fragmentação recente das atividades do capital (MASSEY, 1984); a “hipermobilidade do capital e trabalho” (HUDSON E LEWIS, 1985, p. 16-7); ou a contraposição entre “espaço de fluxos” e “espaço de locais” (CASTELLS, 1989) – apresentam potencial explicativo elevado sobre os fluxos migratórios e traduzem muitas das realidades contemporâneas desse tipo.

A tendência social abrange teorias semelhantes às de sistemas-mundo, por exemplo, complementando as duas anteriores; contudo, enlaça a compreensão internacional como escala de análise. Como já citado, as diferenças salariais entre os países é uma situação inegável, e quando se trata da ideia de centro e periferia esse fator se exacerba; portanto, maior parte das migrações internacionais se deve aos fluxos de trabalhos.

Contudo, as críticas não se eximem. Figueiredo (2005) cita três perspectivas contrárias aos estudos nesses contextos. A primeira retrata os estudos que alegam que essa vertente não consegue explicar os fluxos migratórios contínuos e não considera os aspectos individuais das migrações. Para tal orientação metodológica, a função dos fluxos migratórios é a acumulação capitalista e, neste sentido, o sujeito seria passivo aos requisitos capitalistas.

Salim (1992) defende que a tendência se reduz às condições econômicas e torna a discussão uma “dialética mecanicista” que explica a mobilidade espacial apenas por suas consequências, ou seja, não é compreendida metodologicamente por suas nuances fenomenológicas.

1.5. As limitações de usos dos pressupostos estruturais na análise das migrações

O *viés* neoclássico de Salim (1992), também chamado por Ferreira (1986) de comportamental racionalista, apresenta o indivíduo como sendo o detentor da decisão de migrar e esta é, para muitos, a principal limitação desse modelo. Ao centralizar suas análises no ato puramente individual, as compreensões científicas do processo são postas de lado, uma vez que não são observadas e, por conseguinte, analisadas as causas estruturais do processo de migração ou as sociais dos deslocamentos.

Outro ponto limitante desse *viés* seria o fato de ele afirmar que a migração seria o fator impulsionador da diminuição de desigualdades regionais. Para muitos estudiosos, é notório o fato de que, em muitos casos, a inserção de fluxos migratórios acabou por desestruturar os locais de chegada e também

os de partida, uma vez que se notou inchaço de algumas localidades e esvaziamento de outras.

Os problemas da estrutura à qual se inserem os fluxos migratórios não são colocados de forma clara por esses modelos de interpretação. A forma como é apresentada a economia que as relações de classe vivenciam, “o suposto equilíbrio gerado pela migração, a mobilidade perfeita do trabalho são formas de justificar todas as políticas de mobilidade forçada” (GAUDEMAR, 1976, p. 179).

A limitação apresentada até aqui seria o fato de que essa liberdade individual nada mais seria do que mais uma vontade imperante do mercado. Essa modalidade de estudo da migração, que tanto enaltece a liberdade individual, pensada em termos práticos não dá tanta liberdade assim, uma vez que o simples fato de decidir migrar para um país não é garantia de que o indivíduo vá conseguir, pois existem obstáculos, como os fronteiriços, impostos por parte de muitos países, como é o caso, por exemplo, dos Estados Unidos. Desconsidera, ainda, os vários fatores imperantes nas estruturas nas quais os fluxos migratórios se inserem, em que a migração internacional e intrarregional são colocadas em um mesmo nível de entendimento, por exemplo.

As discussões críticas das linhas explicativas do fenômeno migratório também apresentam as limitações do *viés* histórico-estrutural, assim designado por Salim (1992). Essa abordagem é considerada por muitos estudiosos como aquela que apresenta os enfoques mais progressistas, fato que, entretanto, não atenua suas limitações, as quais se apresentam de modo bastante significativo. Assim sendo, os estudos que evidenciam essa abordagem apresentam hipóteses frágeis, uma vez que reduzem sua abordagem à esfera econômica. A análise vai evidenciar os estudos das áreas de “destino/atração”, em detrimento da análise das áreas de “origem/expulsão” dos fluxos migratórios.

A partir da análise de como se conduzem os estudos migratórios, percebe-se a impossibilidade de se retificarem as hipóteses a respeito das causas dos muitos fluxos migratórios e é justamente esse aspecto que acaba por criar uma forte limitação a essa abordagem, ou seja, ela possui uma base empírica fraca, uma vez que seu suporte passa a ser ilustrativo; nela, o tratamento dispensado aos dados demográficos se apresenta de uma forma bastante simplista.

Com base nessa constatação, refutar tal abordagem é tarefa que se apresenta de maneira difícil, visto que as hipóteses que são levantadas a respeito dos fluxos migratórios raramente são testadas.

A maioria dos estudos, ao gerar maior conhecimento das estruturas agrárias pela inserção da migração no bojo do processo de acumulação via mecanização e mudanças nas relações sociais de produção, tende a privilegiar explicações sobre migração rural-urbana, comprometendo, assim, a compreensão global das características dos diversos fluxos em termos de natureza e destino (SALIM, 1992, p. 132).

Também tende a limitar o uso dessa abordagem o fato de ela apresentar resultados que demonstram simplificações frequentes em seus argumentos, qual seja, o fato de desagregar e relativizar os níveis desagregados.

A simples correlação entre a migração de categorias sociais específicas e as condições materiais objetivas de um mesmo espaço rural, por exemplo, pode ser diferenciada, se se considerar separadamente assalariados, posseiros etc., e não o conjunto da população residente ou todo o pessoal ocupado no campo (SALIM, 1992, p. 133).

Contudo, a limitação mais aludida por estudiosos acerca dessa abordagem está no fato de ela afirmar que o fator que transforma uma estrutura pode operar em diferentes níveis dentro de uma mesma realidade, ou seja, ela não possibilita uma análise mais adequada entre uma estrutura micro e uma estrutura macro. Como aqui a migração é considerada um fenômeno social e não individual, uma questão como a do custo/benefício também é deixada de lado, uma vez que ela é tida como fator gerador do fluxo migratório.

Mesmo diante de tantas importantes limitações, essa abordagem traz também contribuições, uma vez que foi a partir dela que os estudos das migrações passaram a dar mais ênfase aos fatores estruturais que determinam a natureza coletiva do fenômeno, bem como a importância do contexto histórico. Outro ponto a ser colocado é que essa abordagem possibilitou uma maior interdisciplinaridade, uma vez que aspectos econômicos, sociológicos e demográficos, entre outros, são apresentados de forma constante.

A abordagem que se refere à mobilidade da força de trabalho surge da oposição entre os que defendem uma explicação da migração em termos de níveis de salários (visão neoclássica ou comportamental racionalista) e os que privilegiam os aspectos estruturais (visão histórico-estrutural ou concepção estrutural).

A partir dessa oposição surge uma apreensão real do significado que busca analisar os fluxos migratórios com forte ênfase nas estruturas sociais capitalistas. Segundo Salim (1992), sua limitação mais séria estaria no fato de essa abordagem estabelecer uma base empírica confiável para o estudo das diversas manifestações de mobilidade. Aqui ela traduz, sem separar, mobilidade espacial em migração, mobilidade setorial e/ou profissional em migração profissional. Outra limitação está no fato de que, para os defensores dessa abordagem, existe uma correlação entre mobilidade da força de trabalho e grau de desenvolvimento, onde a mobilidade, no caso dos países desenvolvidos, seria o principal agente motivador de desenvolvimento.

Mesmo sendo indiscutível a nítida separação entre a abordagem neoclássica e a concepção de mobilidade da força de trabalho, é louvável a capacidade desta última em contribuir para o alargamento das perspectivas da análise histórico-estrutural, especialmente no Brasil, onde ela vem se desenvolvendo de forma ampla e significativa.

2. TEORIA DAS MIGRAÇÕES: PRESSUPOSTOS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS MIGRANTES

Falar de migrações e redes implica definir dois conceitos fundamentais: redes sociais e redes migratórias. Redes sociais são consideradas como “um fenômeno de construção de associações entre pessoas ligadas por laços profissionais, familiares, culturais ou afetivos” (PORTES, 1995 *apud* FIGUEIREDO, 2005, p. 44). Já as redes migratórias constituem um conceito mais discutido.

Redes migratórias podem ser definidas como complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade (MASSEY, 1998, p. 396).

Para Kelly (1995) *apud* Truzzi (2008, p. 203) outra definição acentua algumas das funções sociais das redes, que seria:

Agrupamentos de indivíduos que mantêm contatos recorrentes entre si, por meio de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos. Além disso, são formações complexas que canalizam, filtram e interpretam informações, articulando significados, alocando recursos e controlando comportamentos.

As redes nos processos migratórios constituem a interação entre o local de origem do migrante e o de destino. Mas, então, o que difere essa teoria das neoclássicas e tradicionais, ou estruturalistas? Para alguns autores seria a abordagem econômica, política e cultural para análise das trajetórias das redes. Outros consideram que a opção por uma análise da micro história do indivíduo, permite uma observação reduzida e elevada ao nível de rede o que pode fornecer uma teoria mais concreta a respeito dos processos migratórios (TRUZZI, 2008).

Segundo Marshal (1998) *apud* Truzzi (2008, p. 211), “[...] o conceito de redes em processos migratórios pode ser utilizado sob pelo menos três perspectivas, não excludentes entre si – pelo contrário, complementares”. Dessas perspectivas, uma analisa o fluxo-chave da rede, percebendo sua expansão e propagação; outra enfatiza os sistemas como um todo, analisando as estruturas migratórias; e, por último, a perspectiva que focaliza um indivíduo, um “nó” da rede, as chamadas redes egocêntricas (DEGENNE E FORSÉ, 1999 *apud* TRUZZI, 2008).

As redes sociais aparecem como teoria para a explicação de tendências atuais das migrações, bem como para entendermos alguns processos de reterritorialização dos migrantes e mobilidades espaciais da população, pois o essencial a essa análise é entender as trajetórias das redes.

As trajetórias espaciais são fundamentais na constituição das “redes migratórias”. Tais redes, para Fazito (2002), poderiam ser visualizadas como “um circuito elétrico”, por exemplo, no qual diversos pontos (e

nós) formam um *sistema*, conectam-se por meio de “correntes” ou “fluxos”, nesse caso, fluxo de pessoas, informações, bens de consumo etc. Sob o ponto de vista geográfico, isso criaria a possibilidade de analisar a construção de territórios reticulares, pois é possível identificar padrões de distribuição e localização dos fluxos (relações), das redes e dos nós, possibilitando, ainda, a comparação e compreensão do processo migratório como movimento e interação, isto é, como uma das formas de unidade entre os territórios de origem e de destino, o que ocorre, por meio da interação em rede, pela construção das relações sociais no processo de desterritorialização-reterritorialização (MONDARDO e SAQUET, 2008, p. 125).

A mobilidade espacial se contempla na apropriação de territórios e desapropriação de outros lugares, e as redes atuam como conectoras desse processo. Ocorre uma interligação entre territórios por meio dos migrantes. “A construção das redes na migração está na base da conexão entre territórios, sobretudo entre os de origem e os de destino: isso possibilita a produção de territórios” (MONDARDO e SAQUET, 2008, p. 126).

No âmbito das redes migratórias, o migrante por si só não preserva a cultura e os costumes trazidos dos locais de procedência, nem reterritorializa o espaço de chegada, pois necessita de contatos, interação com os semelhantes. Um exemplo é a reterritorialização dos ucranianos, no município de Prudentópolis, Estado de Paraná: a reprodução social, espacial e cultural dos migrantes e descendentes ucranianos é mais forte do que nos próprios indivíduos residentes na Ucrânia. Esse processo se consolida por meio da comunidade religiosa, educacional e mesmo comercial.

Esses contatos são estabelecidos e mantidos por meio do sistema informacional e das comunicações entre os participantes dessas redes, pois informações sobre o mercado de trabalho são fundamentais para quem pretende migrar.

[...] Uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas. Uma rede pode ser abstrata ou concreta, invisível ou visível. A ideia básica é considerar a rede como algo que assegura comunicação, mas, por natureza, a rede que desenha os limites e as fronteiras não assegura a comunicação (RAFFESTIN, 1993 *apud* MONDARDO e SAQUET, 2008, p. 121).

Ao mesmo tempo em que há a rede social de informação agindo nas relações familiares de migrantes, há o sistema de comunicação que, segundo Raffestin (1993) *apud* Mondardo e Saquet (2008), é um instrumento de poder controlado por poderes dominantes, opressores e capitalistas. Portanto, comumente, estes também manipulam e controlam as redes, os fluxos migratórios e a mobilidade espacial.

[...] Logo, as redes têm um papel contraditório: ao mesmo tempo, facilitam a mobilidade e substantivam uma estratégia de comando dos migrantes, que são

direcionados para cá ou para lá, em virtude dos interesses e, portanto, do(s) poder(es) que está(ão) em jogo. As redes estão na base da criação dos territórios em rede, e são, por isso, instrumentos de poder, pois podem aprisionar ou libertar os migrantes de contextos socioeconômicos precários (MONDARDO e SAQUET, 2008, p. 121).

A única objeção à aplicação dessa teoria seria a dificuldade de o conceito estudar sob perspectivas históricas, pois a utilização de fontes deve ser minuciosa, ao passo que permitem reconstruir com fidelidade e sistematização os laços sociais que suportam a conectividade das redes migratórias, desde o indivíduo ao restante dos participantes relacionados às redes.

2.1. Poder público e redes sociais

Poderíamos pensar em tipos de redes intermediadas pelo poder público em que as relações de poder, normalmente, não são explicitadas; contudo, há uma hierarquização que se converte em intervenções sobre o cotidiano dos migrantes, com intuito, no caso do poder público, de erradicar a pobreza (VARGAS, 2003).

A relação do sujeito imigrante com o lugar que acabara de chegar ainda se fazia pelo estranhamento, que se resumia num acúmulo de sofrimentos e esperanças. Segundo Casey (2001), não há homem sem lugar e nem lugar sem homem, o que revela a compreensão da espacialidade; assim, há a indissociabilidade ser-lugar, homem-espaco. Nós não estamos no espaço: nós somos sendo espacialmente (HEIDEGGER, 2001). O processo de desterritorialização original iniciado pelo movimento migratório ocorre, em termos existenciais, pela saída do lugar-natal, o que implica deixar os lugares de infância, juventude ou idade adulta, responsáveis por nossa formação enquanto pessoa e sob os quais está edificada nossa identidade.

Assim, entendemos que a rede social, para ele, teria função de identificar as dinâmicas que ocorrem e possibilitar as comunicações que podem levá-lo a uma inserção; é o que Marques (2003) chama de influência de fenômenos políticos e sociais.

Diante disso, Sayad (2000, p. 14) afirma que:

A ilusão da qual se alimenta a nostalgia que tem, por contrário, a decepção – e sobretudo, como se ter partido por tanto tempo não houvesse mudado em nada o emigrante que retorna, no fundo, não para reencontrar a si mesmo, tal como era (ou acreditava ser) quando partiu: é desta outra ilusão que frequentemente participa a decepção engendrada pelo retorno (ou uma certa forma de retorno), reação inversa, mas totalmente complementar à consciência nostálgica.

A reconstituição do espaço social do migrante remete à presença das redes sociais cujos lugares constituintes possibilitam ao indivíduo ter a sensação de identificação e pertencimento. Essas redes podem ser consideradas como um alívio ao impacto das mudanças espaciais vividas pelos migrantes.

Nesse sentido, as redes sociais podem ser reconhecidas como uma expressão marcante da importância dos lugares para o indivíduo e fundamentais para a relação ser-lugar.

As redes sociais surgem no sentido de recuperar o bem-estar e o sentimento de pertencimento do migrante. É uma resposta às dificuldades de inserção/adaptação encontradas no local de destino. Dessa forma, essas redes representam um referencial identitário para o migrante e um meio fundamental para orientar seu envolvimento no local de destino, fato este que eles de certa forma perderam concretamente ao migrarem. O migrante sofre com o rompimento dos laços familiares, expressando a miséria e a impossibilidade da sobrevivência econômica no novo lugar.

Entendemos que mais do que averiguar as condições sociais dos imigrantes que chegam a cidade e se estes necessitam da intervenção direta de suas ações, o poder público municipal deveria buscar maneiras de integrá-los. Como os padrões de vínculo e as posições nas redes tornam mais ou menos prováveis alianças e coalizões estratégicas, e dão acesso diferenciado a informações e recursos, as estruturas das redes de políticas influenciam de maneira importante as dinâmicas do poder no interior do Estado, salienta Marques (2003). Sua incorporação nas análises ajuda a superar a interpretação da ação e das estratégias políticas como efêmeras, assim como a ênfase excessiva no processo de decisão. A mediação de redes abriria novos horizontes para o estudo de ações públicas que poderiam indicar a existência de constrangimentos e de permanência nos contextos que os cercam.

Para o imigrante, a ação social é importante porque os atende em serviços e orientações gerais e eventuais assistências sociais, mesmo com reduzida intensidade; contudo, os contatos entre os próprios migrantes promoveriam trocas de favores e formariam laços de compromissos. A existência de redes sociais na imigração no local significa a necessidade da demanda e a importância na resposta às tensões e aos conflitos, os quais precisariam ser superados de forma compartilhada, pois, assim, seriam mais eficientes do que a adoção de soluções individuais (GURAK CACES *apud* FAZITO, 2002).

Não se pode negar que ações públicas continuam atraindo, assistindo e mantendo alguns migrantes com moradia; outras, com treinamento profissional e ofertas de oportunidades de emprego. Esses intercâmbios materiais, pessoais e simbólicos criam novas sociabilidades que podem ser contabilizadas como capital social, uma vez que amenizam os conflitos decorrentes das adversidades encontradas, diminuindo os riscos possíveis e, portanto, viabilizando e solidificando o processo migratório contraditório e desigual – beneficiando mais ao grupo dirigente e menos a quem trabalha, já que este é desapropriado do produto realizado.

Os sujeitos imigram em busca de inserção no mercado de trabalho, a partir de informações que lhes foram repassadas por amigos, familiares e notícias, mesmo diante de antecessores que no contexto das migrações não tenham sido bem-sucedidos, uma vez que tinham baixa renda e a qualificação profissional exigida pelo mercado de trabalho não era a adequada; os antecedentes e os atuais migrantes não deixaram de realizar a “viagem”, ou seja, não deixaram de realizar seus intentos com a migração. Se as redes de

fato fossem incentivadas por meio das ações do poder público, elas serviriam para “mediar e integrar” sujeitos imigrantes de mesma origem, por exemplo, conectando-os aos nós da rede que os conectariam aos pontos mais próximos mediados por intensos fluxos.

O poder público municipal, considerando essas situações, poderia promover intercâmbios de atitudes de cooperação, facilitando o aprendizado sobre os códigos de convivência e de sobrevivência. Nesse espaço social, porém, ele continua apenas diante de um número considerável de migrantes promovendo ações sociais associadas às transformações estruturais na sociedade.

2.2. Imigrantes e redes sociais

Na história do Brasil e nos últimos anos, o direito do trabalho vem passando por um processo de desregulamentação ou flexibilização que, grosso modo, significa diminuição gradativa da presença do Estado no terreno das relações entre capital e trabalho. As dificuldades em se definir o que é o setor informal aparecem já nas estatísticas do IBGE, nas quais a categoria “trabalhadores por conta própria” inclui desde os chamados “camelôs” até os profissionais liberais.

O trabalho informal na maior parte das vezes lida com atividades não reconhecidas ou regulamentadas pelas autoridades públicas – e executadas por trabalhadores não protegidos pela legislação. A economia informal representa um aspecto central da dinâmica econômica e social dos países “menos desenvolvidos”, a despeito da notória falta de estatísticas oficiais. Ela ainda pode ser caracterizada por sua pequena escala, falta de regulação estatal, flexibilização, uso de trabalho familiar, entre outras. E mais, o avanço dessa modalidade não se apresenta como algo transitório e não terá seu fim em um futuro próximo, diante das características do tipo de economia do mundo atual. Dentro da economia informal urbana, o comércio é apontado como uma das principais atividades desenvolvidas por seus participantes, especialmente o ambulante de rua.

Numa perspectiva de análise das redes sociais na migração, estas devem ser mistas e integradas, com laços fortes e laços fracos, uma vez que a mescla viabiliza maior variedade de tipos de estratégias de apoio social, pois só assim é possível captar de forma integrada os apoios de ordem emocional e os de ordem material.

Segundo Hareven (1995), os arranjos familiares desempenham de fato a função efetiva de suporte social de seus membros, por meio das redes que possibilitam ser constituídas ao longo de um processo, mesmo que essas tenham características que mudam ao passar do tempo. Tilly (1990) e Sayad (1998) colocam que a reciprocidade das ações é mediada por regras que se constituem de acordo com a natureza social de cada família. A migração engendra uma situação que se apresenta em dupla contradição; “não se sabe mais se se trata de um estado provisório, que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro, mas que

se gosta de viver com um intenso sentimento do provisoriamente” (SAYAD, 1998, p. 45).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos, os métodos e os procedimentos usados na elucidação de problemáticas postas por vários pesquisadores passam por mudanças que levam tempo para serem incorporadas nas pesquisas, nos trabalhos; podemos dizer que eles até estão sempre mudando, assim como nossa vida de alguma forma está. Assim como nós mudamos de escola ou de trabalho, a forma como percebemos as coisas, os relacionamentos também mudam de local de moradia. Isso acontece quando trocamos de casa em uma mesma cidade ou quando deixamos uma cidade para viver em outra e é por esse motivo que inúmeras são as pessoas hoje no mundo que vivem em locais distintos de onde nasceram.

Diante dos fatos, somos obrigados a conceber imagens e viver sentimentos quando em nossas mentes aparecem pessoas deixando um local e indo viver em outro, o que é uma situação bem próxima de cada um de nós, basta que olhemos a origem de nossas famílias, por exemplo. Muitas delas têm origem na migração de pais, avós e bisavós que, ao se deslocarem, levaram consigo crenças, tradições dos locais de origem.

Os deslocamentos ainda nos proporcionam viver com as lembranças de vizinhos e amigos antigos que não moram mais em nossa cidade e nem mesmo sabemos para onde foram. A migração não é importante apenas para as pessoas que trocam de local de domicílio; ela também é decisiva para o desenvolvimento de regiões e países, no crescimento populacional de cidades, na troca de experiências e tecnologia entre povos etc. Diante disso, é indiscutível o fato de que as pessoas mudam quando migram e as regiões também quando os indivíduos migram.

Quando pensamos nos enfoques atribuídos ao fenômeno das migrações, ao longo do tempo, chegamos à conclusão de que o destaque é para a predominância da dinâmica macroestrutural e é dela que decorrem teorias como a dos fatores de atração e de repulsão, os quais seriam os responsáveis por um melhor “bem-estar” do migrante e seu grupo envolvido. Mas entender apenas essa situação é imaginar que o migrante, nesse processo, não tem seu papel aludido. É pensar em um sujeito que é no espaço, um ser entregue a algumas estruturas condicionantes.

As questões centrais a serem apontadas remetem às redes sociais como um instrumento analítico de colaboração para a compreensão dos processos de produção e reprodução social, o qual se estende desde uma perspectiva mais imediata que trata da comunicação social e engendra dimensões mais complexas que carregam em si elementos culturais, sociais e políticos que superam a perspectiva econômica da migração como deslocamento da força de trabalho.

O ambiente social pode ser pensado como o conjunto de redes de interações no qual nada se manifesta de maneira independente, e por esse motivo

não se pode pensar em redes sociais que determinem a migração, mas sim em redes que as articulam e que se organizam de acordo com o desejo compartilhado por sujeitos de migrar, associado, sim, a fatores de ordens social, econômica, política, simbólica, afetiva etc.

Uma das vantagens *a priori* do uso de rede por pesquisadores é que ele é capaz de identificar relações entre os sujeitos imigrantes no interior em uma dada realidade. As redes sociais podem apoiar a construção de perfis biográficos e exploram a teia de relações tecidas por um único indivíduo ao longo de sua trajetória de vida. Contudo, é importante que também coloquemos os fatores limitantes de uma abordagem que usa redes para analisar migrações.

REFERÊNCIAS

- CASEY, Edward S. Between Geography and Philosophy: what does it mean to be in the placeworld? *Annals of the Association of American Geographers*, v. 91, n. 4, p. 683-693, 2001.
- FAZITO, Dimitri. A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 13, Ouro Preto/MG. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2002.
- FERREIRA, Assuéro. Migrações internas e subdesenvolvimento: uma discussão. *Revista de Economia Política*, São Paulo, p. 98-124, jan./abr. 1986.
- FIGUEIREDO, Joana M. *Fluxos migratórios e cooperação para o desenvolvimento*. Realidades compatíveis no contexto Europeu? Tese de Mestrado, Lisboa, 2005. 118 p.
- GAUDEMAR, Jean Paul. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editorial, 1976. 405 p.
- HAREVEN, T. Historia de la familia y la complejidad del cambio social. *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, v. 12, n. 1, p. 99-149, 1995.
- HEIDEGGER, Martin. *Ensaio e conferências*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- KUZNETS, Simon. *Population redistribution and economic growth: United States, 1870-1950*. Philadelphia, American Philosophical Society. 1968.
- LEE, Everett S. A theory of migration. *Demography*, p. 47-57, 1966.
- MARQUES, Eduardo César. *Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2003.
- MASSEY, Doreen et al. *Worlds in motion, understanding international migration at the end of the millennium*. Oxford: Clarendon, 1998. 362 p.
- MASSEY, Douglas. International migration and economic development in comparative perspective. *Population and Development Review*, 14, p. 85-113, 383-413, 1998.
- MENEZES, Maria Lúcia P. Tendências atuais das migrações internas no Brasil. *Scripta Nova*, revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, n. 69, p. 1-17, ago. 2001.
- MONDARDO, Marcos Leandro; SAQUET, Marcos. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. *Revista NERA*, Presidente Prudente, ano 11, n. 13, p. 118-127, jul./dez. 2008.
- PEIXOTO, João. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macrosociológicas. *Socius Working Papers*, n. 11/2004. 36 p.
- PELIANO, José Carlos. *Acumulação de trabalho e mobilidade do capital*. Brasília: UNB, 1990.
- RACZYNSKI, Dagmar. A mobilidade territorial da população na América Latina: perspectivas das análises lineares de investigação. In: *Memórias del Congreso Latinoamericano de Población y Desarrollo*, México, v. 2, p. 863-92, 1983.
- SALIM, Celso Amorim. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 8, *Anais do VII Encontro nacional de estudos populacionais*, Campinas, ABEP, v. 3, p. 119-143, 1992.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Trad. de: Cristina Muracho. São Paulo: EDUSP, 1998. 286 p.
- _____. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. *Travessia*, v. 13, n. esp., p. 7-32, jan. 2000.

SCHULTS, Theodore W. Reflexions on investment in man. *Journal of Political Economy*. n. 70, v. 5, p. 1-8, oct. 1962.

SJAASTAD, Larry. The costs and returns of human migration. *Journal of Political Economy*. n. 70, v. 5, p. 80-93, oct. 1962.

TILLY, Charlie. Transplanted networks. In: MCLAUGHLIN, Virginia (Ed.). *Immigration Reconsidered: History, Sociology and Politics*. New York: Oxford University Press, 1990. Transaction Publishers, p. 25-49.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social Revista de Sociologia*, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.

VARGAS, T. *La pobreza em los barrios urbano-marginales de Santo Domingo y sus expresiones e en la estructura social através de redes*. 2003 (texto).

YAP, Lorene. Internal migration and economic development in Brazil. *Quarterly Journal of Economics*. n. 90, v. 1 p. 119-137, feb. 1976.

NOTAS

¹ A evolução histórica do capitalismo permitiu que principalmente as teorias neoclássicas admitissem as relações entre mercado e trabalho e bens e salários como fatores de deslocamentos migratórios em função da busca de emprego e renda. Dentro dessa abordagem, a industrialização seria um dos fatores explicativos para a migração para as cidades, a espacialização do desenvolvimento e o diferencial de renda das migrações inter-regionais (MENEZES, 2001, p. 3).

² Essas afirmações podem ser mais bem compreendidas com as leituras de Kuznets (1968) e Yap (1976) apud Salim (1992) que explicitam a questão macroeconômica e Sjaastad (1962) e Schults (1962) apud Salim (1992), que explicam a questão da estrutura microeconômica.

³ Ferreira (1986) trabalha com as correntes psicologizantes em face da concepção comportamental-racionalista e das correntes estruturais, com enfoques da modernização e histórico-estruturais.

⁴ Seu principal expoente, Gaudemar (1976), salienta que esse enfoque pretende ser muito mais uma crítica às teorias da migração do que a tentativa de propor um novo enfoque.